

POLÍTICA DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DE DOCENTES ESTADUAIS EM MATO GROSSO DO SUL (2016-2023)

Alessandra Bertasi Nascimento
UFMS/CPNA, alessandra.bertasi@ufms.br

A pesquisa em tela, recorte da pesquisa em rede “Políticas de carreira e remuneração docente: um diálogo entre Brasil e Chile frente às marchas e contramarchas do neoliberalismo”, que se encontra em desenvolvimento no Chile e no Brasil (Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraíba), propõe analisar as condições de carreira e remuneração de professores no contexto das mudanças políticas no Brasil e no Chile do século XXI considerando projetos societários em conflito e as consequências na política subnacional de professores/as da rede pública de educação básica estadual de Mato Grosso do Sul (MS).

Concorda-se com Lavoura *et al.* (2020) quanto a necessidade de construção de uma forma de resistência ativa e coletiva em torno de dois elementos centrais: o plano pedagógico, agindo nas instituições de ensino e em outros espaços possíveis, para disputar cada elemento do processo formativo, e o “plano político, onde se postula a necessidade do fortalecimento dos organismos de luta dos trabalhadores da educação de forma organizada” (Lavoura *et al.*, 2020, p. 573).

Barbosa (2014) contribui com a discussão ao estudar documentos produzidos por organismos internacionais sobre a remuneração docente. Conclui pela importância de tal elemento na melhoria da qualidade da educação e sua relação direta com os recursos financeiros a ela destinados.

A revisão bibliográfica no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, via CAFE e no Repositório Institucional da UFMS retornou 5 artigos, 3 dissertações e 1 tese, produzidas entre os anos de 2016 a 2023 que tratam carreira, valorização, remuneração e vencimento de docentes estaduais em MS.

O processo de consolidação da carreira docente na rede de ensino em tela, criado por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977, envolveu a vigência de três estatutos –1981, 1988 e 2000 (Stockmann, 2018). Segundo o autor, a análise dos

dois primeiros estatutos, revelou a importância das lutas do movimento sindical em prol de um piso salarial e condições adequadas de trabalho, foram fundamentais para a valorização profissional diante da política e econômica.

O Estatuto do Magistério vigente, data de 31 de janeiro de 2000, aprovado pela Lei Complementar n. 87. Suas alterações expressam as reformas do Estado Brasileiro. O Fundeb, por exemplo, estabeleceu condições para a implementação do PSPN em 2008, teve sua constitucionalidade questionada, inclusive com a participação do então governador de MS e só entrou em vigor no estado em 2011 (Fernandes, Miura, 2019).

Conforme Fernandes e Miura (2019), a partir do ano de 2016 ocorreu o alinhamento das metas do Plano Estadual de Educação com o Plano Nacional de Educação (2014-2024) no que tange a equivalência remuneratória docente aos demais profissionais, bem como a jornada de trabalho, mas a conjuntura político-econômica de 2017, configurou novos desafios ao movimento sindical docente para a continuidade da materialização dos direitos estabelecidos pelo “Pacto de Valorização dos Trabalhadores em Educação e Modernização do Estatuto dos Profissionais da Educação Pública de MS”.

Entretanto, o Plano Estadual de Educação de MS não gerou impactos significativos para o aumento nos vencimentos docentes, “reproduzindo, no limite, os dispositivos do PNE, como, a princípio, indicavam as políticas de fundos contábeis” (Miura *et al.*, 2019, p. 1). As autoras ainda alertaram para a necessidade da “adesão, organização e mobilização da categoria docente junto a setores da sociedade, no sentido de acompanhar” (p.14) a efetivação do “Pacto” diante do Regime de Limitação de Gastos instituídos no estado em abril de 2017 pela Emenda constitucional n. 77.

Portanto, reafirmam a posição de Stockmann (2018), com a qual coadunamos, uma vez que diante do processo histórico de luta pela valorização docente que remonta o século XIX, o estado de MS, adotou em nível local, o discurso em contexto nacional de crise econômico-orçamentária, e justifica “[...] a necessidade de ajuste fiscal, eficiência e busca de resultados por meio da ‘qualidade total’, o que gera precarização das novas regulações laborais, seja por meio da política remuneratória, seja a partir da intensificação do trabalho” (Stockmann, 2020, p. 6).

Tais estratégias são explicitadas por Oliveira (2022), como postergação de concursos públicos com suprimento de 65,96% de professores com vínculo temporário, contratados por meio de processo seletivo simplificado e salário 36,39% menos que

docentes efetivos e reflexos tanto na remuneração quanto na aposentadoria, devido a reforma nacional na previdência, ocorrida no período de estudo.

Os ganhos do período de estudo, tais como “[...] a conquista da ampliação da promoção funcional, a regulamentação [para] a implantação de 1/3 da hora atividade, a política salarial, as solicitações e/ou acompanhamento de concursos públicos” (Oliveira, 2022, p. 7), foram possíveis por meio das intervenções do sindicato local, reforçando a importância da organização da categoria sindical docente.

Além do mencionado, a aprovação da Emenda Constitucional n. 77/2017, em MS, aprovada no contexto da Emenda Constitucional n. 95/2016, culminou, de acordo com Bruno (2023), na mudança do plano de carreiras, estatuto do magistério local, aumento na contribuição previdenciária, diferença salarial em relação aos/as professores/as temporários e austeridade nas legislações aprovadas.

A análise das fontes reunidas permite constatar que a aproximação ao campo das políticas de carreira e remuneração docente em MS se deu por meio de estudos históricos, das próprias carreiras, dos vencimentos iniciais e finais, a partir de fontes legais, documentais e orçamentárias, proporcionando deduções sobre a remuneração docente, mas nenhuma que envolvesse o trabalho direto com as vozes dos professores e os significados que podem apresentar com a análise de seus conteúdos, proposta a ser desenvolvida com essa pesquisa.

O estudo do percurso das fontes localizadas demonstram ainda, a estreita relação entre as marchas e contramarchas do neoliberalismo e sua influência direta na política econômica, incidindo nas condições materiais de existência da categoria docente só não mais precarizadas e intensificadas devido ao tensionamento causado pela luta sindical.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. Salários Docentes, Financiamento e Qualidade da Educação no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 511-532, abr./jun. 2014.

BRUNO, Ionaldo Julian Costa. **Remuneração docente na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul frente à Emenda Constitucional Estadual n. 77/2017 (2017 a 2021)**. 2023. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – UFMS – Campo Grande, 2023.

CAMARGO, R. B. de; ALVES, T.; BOLLMANN, M. da G. Dinâmica dos vencimentos e da remuneração docente nas redes estaduais no contexto do Fundeb e do PSPN. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 34, n. 2, p.

413–435, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/84109>. Acesso em: 11 set. 2022

FERNANDES, M. D. E.; FERNANDES, S. J. Vencimento salarial docente - O caso do Fundeb e do PSPN. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 10, n. 18, 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/664>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FERNANDES, M. D. E.; MIURA, B. H. Remuneração docente: efeitos da luta sindical na implantação do piso salarial nacional profissional. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, p. 114-137, set./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12404>. Acesso em: 20 ago. 2022

LAVOURA, Tiago Nicola *et al.* Política de Formação de Professores e a Destruição das Forças Produtivas: BNC-Formação em debate. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 37, p. 553-577, 2020.

MIURA, B. H. *et al.* A Meta 17 do PNE 2014-2024: Vencimento salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. **Fineduca — Revista de Financiamento da Educação**, v. 9, p. 01-20, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/84090/52771>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, Ana Rita Lara de. **Remuneração docente e austeridade fiscal: um estudo sobre o caso do estado de Mato Grosso do Sul (2015 – 2019)**. 2022. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – UFMS – Campo Grande, 2022.

STOCKMANN, D. História da política salarial docente de Mato Grosso do Sul. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 9, n. 27, p. 81–103, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/2988>. Acesso em: 20 ago. 2022.

STOCKMANN, D. **Trabalho docente na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2008 a 2018)**. 2020. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – UFMS – Campo Grande, 2020.